

FOLHA METALÚRGICA



www.stimepa.org.br
facebook.com/stimepars
twitter.com/stimepa

Julho / 2015 - Nº308

Sindicato Solidário

CAMPANHA SALARIAL 2015

Proposta patronal indecente é rejeitada nas fábricas

Depois de quase três meses e sete reuniões de negociação, o sindicato patronal apresentou no dia 16 de julho uma proposta salarial que foi considerada "indecente" por trabalhadores. A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras consultados no sindicato e nas fábricas disse que não dá pra aceitá-la, até porque não é a classe trabalhadora que tem de pagar por uma crise que não foi criada por ela e, sim, por aqueles que detêm o poder econômico do país, inclusive empresas e empresários.

A proposta patronal sequer repõe as perdas inflacionárias entre maio/2014 e abril/2015.

E, o que é pior, parcela o reajuste em duas vezes: 5% em maio para todos e o restante pra completar 6%, 6,5% ou 7%, de acordo com faixas salariais, lá em janeiro do ano que vem. Para o piso, outra "indecência": reajuste de apenas 3,62%, que corresponde a menos da metade das perdas inflacionárias, também de forma parcelada em maio/2015 e janeiro/2016.

MOBILIZAÇÕES

Por conta da proposta patronal com retrocesso, os/as trabalhadores/as metalúrgicos/as de Porto Alegre e Região resolveram acirrar as mobilizações da campanha sa-

larial. Sob o ditame união, organização e luta, a categoria está organizando, além das tradicionais assembleias junto aos portões das empresas, paralisações, bloqueios, passeatas, atos públicos e outras ações que podem preparar e culminar com greves gerais ou regionais da categoria, tudo para buscar um reajuste salarial digno.

A direção do sindicato pede a colaboração de todos, aderindo às mobilizações programadas nas fábricas. Só com luta e organização vamos conquistar o respeito dos patrões e um bom reajuste salarial. Participe das mobilizações. Ajude o sindicato ajudar você!

NENHUM DIREITO A MENOS!



DIGA NÃO À TERCEIRIZAÇÃO

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA 2015



ASSEMBLEIA GERAL

Dia: 23 de julho, quinta-feira

Horário: às 18h30min (1ª chamada) ou às 19 horas (2ª e última chamada)

Local: na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e Região (Rua Francisco Trein, 116 Bairro Cristo Redentor - Porto Alegre)

Pauta:

- Abertura do processo eleitoral que vai renovar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre
- Eleição da Comissão Eleitoral, conforme prevê o Artigo 86 do Estatuto da entidade

TODOS NA ASSEMBLEIA!

Trabalhadores/as metalúrgicos/as vão escolher a comissão que vai conduzir processo eleitoral do sindicato

A cada três anos, o nosso sindicato renova sua direção a partir da eleição de chapa composta por companheiros dispostos a conduzir as lutas de nossa base metalúrgica (Porto Alegre e região).

Neste ano, até mais tardar o mês de novembro, será feita a eleição da diretoria geral e do conselho fiscal para o triênio 2015/2018. Para que esta eleição transcorra da forma mais organizada possível e atenda ao que manda a lei e os estatutos da entidade, o sindicato está convocando uma assembleia geral para o dia 23 de julho, quinta-feira (veja a reprodução do Edital de Convocação na página 2, que também está sendo publicado em jornal de grande circulação na região).

A assembleia será realizada na sede da entidade, às 18h30min (1ª chamada) ou às 19 horas (2ª e última chamada), e terá como principais discussões a definição da data do pleito e a eleição de uma comissão eleitoral para comandar todo o processo eleitoral. **Ajude a construir a história de seu sindicato. Participe!**

Mobilização estadual dos metalúrgicos aborda campanha salarial e terceirização



TMSA - Porto Alegre

Durante a quinta-feira, 2 de julho, metalúrgicos do estado estiveram mobilizados em frente às principais fábricas da categoria realizando assembleias com a categoria. Em pauta, a campanha salarial e o projeto que tenta impor aos trabalhadores a terceirização sem limites.

Na base de Porto Alegre e Região, o dia de mobilização estadual iniciou no fim da madrugada com a realização de atos simultâneos em frente às empresas GKN, TMSA e Elo Sistemas, em Porto Alegre, Oderich, em Eldorado do Sul, KLL, em Alvorada, e Inbracell, em Cachoeirinha. Em todos os locais, os tra-

balhadores ouviram as últimas informações da mesa de negociações da campanha salarial e o andamento do projeto de lei que visa precarizar o trabalho e os trabalhadores dentro das fábricas. Nos dias seguintes, as mobilizações seguiram em outras importantes fábricas, como na Usiminas e na Taurus, onde trabalhadores realizaram reunião no pátio.

Até aquela ocasião, o sindicato patronal ainda não havia apresentado nenhuma contraproposta salarial, deixando a categoria apreensiva e impaciente. “A mesa de negociação é estadual e a resistência patronal tem alongado as campanhas salariais. No



Usiminas - Porto Alegre

ano passado, a nossa convenção coletiva foi fechada na segunda quinzena de agosto e a de Canoas, em outubro. Portanto, temos de ter paciência, muita união e organização”, explicaram os dirigentes sindicais.

Terceirização é a volta da escravidão

Nos últimos meses, o PLC 030/2015 (antigo PL 4330/2014), que impõe a terceirização sem limites, tem sido motivo de diversas manifestações e assembleias em todo o país. Para o sindicato, o projeto é um retrocesso para a classe trabalhadora porque joga no lixo avanços conquistados em muitos anos de luta.

Na mobilização estadual dos metalúrgicos, o tema foi abordado. Em frente às empresas, dirigentes sindicais reforçaram a posição do sindicato e da CUT e os perigos da aprovação do PL, que representa a volta da escravidão.

Também conclamaram os trabalhadores a participar das mobilizações que constantemente são realizadas. “Se for o caso, vamos fazer greve para barrar este retrocesso. Nossos direitos e os direitos das gerações futuras estão em jogo. Para nós, a aprovação do PL da terceirização sem limites é o mesmo que rasgar a nossa carteira de trabalho”, afirmou Lirio Segalla, presidente do sindicato.



Oderich - Eldorado do Sul



KLL - Alvorada

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE PORTO ALEGRE, com processo de registro de alteração de nome tramitando junto ao MTE (nº46000.005847/2008-47) para SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO DA GRANDE PORTO ALEGRE, com base territorial nos municípios de Porto Alegre, Guaíba, Alvorada, Viamão, Glorinha e Eldorado do Sul (*), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA, nos termos do Estatuto da Entidade devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Porto Alegre, todos os associados da entidade para a ASSEMBLEIA GERAL DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL, a realizar-se no dia 23 de julho de 2015, na sede do Sindicato, sita à Av. Francisco Trein, 116 – Cristo Redentor – Porto Alegre, às 18h30 em primeira convocação e às 19h em segunda convocação, com a seguinte Ordem do Dia:

Abertura do Processo Eleitoral seguido da eleição da Comissão Eleitoral conforme previsto no artigo 86 e parágrafos do Estatuto da Entidade.

(*): O município de Cachoeirinha ficou excluído da base territorial em razão da decisão proferida em Acordo Judicial no processo nº 0000791-70.2011.5.04.0252, e da ratificação do desmembramento com eleição da diretoria do sindicato próprio em 28.05.2014.

Porto Alegre, 19 de julho de 2015

Lirio Segalla Martins Rosa - Presidente

JURÍDICO INFORMA

Justiça expede liminar e gestante tem plano de saúde restabelecido

A 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre expediu medida liminar determinando o restabelecimento do plano de saúde de uma funcionária da empresa DHB Componentes Automotivos, de Porto Alegre. A ação foi ajuizada com pedido de antecipação de tutela pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre (Stimepa) através de sua assessoria jurídica, o escritório Woida, Magnago,

Skrebsky, Colla & Advogados Associados.

Os planos de saúde e odontológico da funcionária, que está grávida, foram bloqueados no final de fevereiro deste ano em razão do não pagamento por parte da empresa. A suspensão foi comunicada aos trabalhadores pela DHB um dia antes do bloqueio. Com a medida, a gestante foi privada de usufruir os benefícios, o que lhe causou

uma série de prejuízos decorrentes da falta de acesso aos planos, uma vez que a gestação exige consultas médicas periódicas, assim como a realização de exames básicos para acompanhamento da saúde da gestante e do bebê.

A empresa ressarciu a gestante dos valores gastos com algumas consultas e exames médicos, no entanto, em razão da demora no pagamento, a funcionária pre-

cisou fazer empréstimo para arcar com os custos. No mês de maio, com o bloqueio do benefício e o avanço da gravidez, a gestante se viu obrigada a contratar um plano de saúde particular. O acréscimo de despesas pessoais é desfavorável à funcionária, que está com o salário atrasado desde abril deste ano.

Diante dos fatos, a 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre expediu liminar com

efeito de antecipação de tutela, determinando que a DHB Componentes Automotivos restabeleça o plano de saúde da gestante com as mesmas cláusulas e condições anteriores, ou que pague pelo plano particular que a funcionária contratou após a suspensão dos benefícios por parte da empresa.

Governo oficializa Programa de Proteção ao Emprego

Reunida com lideranças sindicais da CUT e outras centrais sindicais, a presidenta Dilma Rousseff assinou no dia 6 de julho a Medida Provisória que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que tem como principal objetivo frear demissões, assegurar postos de trabalho e a renda dos trabalhadores em períodos de crise. O governo gastará cerca de R\$ 95 milhões entre 2015 e 2016 para a manutenção do Programa, menos do que gastaria com o seguro-desemprego. Os recursos serão oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Proposto por um órgão tripartite – que reuniu representantes do governo, dos patrões e da classe trabalhadora – o PPE terá validade se for estabelecido por acordo coletivo e as empresas interessadas terão de estar comprovadamente em dia com obrigações fiscais, previdenciárias e com o FGTS. Assim, poderiam reduzir a jornada de trabalho e os salários de seus empregados, mantendo o emprego de todos. Durante o período, os encargos

trabalhistas (FGTS e INSS, por exemplo) continuariam sendo recolhidos. O programa seria implantado através de votação em assembleia secreta com aprovação da maioria dos trabalhadores e teria vigência de seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis meses, mediante novo acordo.

Para o presidente da CNM/CUT (Confederação Nacional dos Metalúrgicos), Paulo Cayres, o PPE representa uma grande vitória do movimento sindical. “Os direitos ficam garantidos e o trabalhador permanece com seu vínculo empregatício, inclusive com FGTS e os benefícios assegurados em convenção coletiva. Com emprego assegurado, o trabalhador continuará consumindo e contribuindo com a economia, o que não aconteceria se ele estivesse desempregado e recebendo o seguro-desemprego”, argumentou. Também lembrou que o PPE é uma alternativa às demissões em massa e aos acordos de Lay Off, que suspendem os contratos de trabalho e não dão nenhuma segurança para o trabalhador.

Confira os principais pontos do PPE

- O programa só pode ser acionado em caso de crise econômica cíclica ou sistêmica que deve ser comprovada pela empresa ao sindicato da categoria e ao governo. Esse problema econômico não pode ser derivado de má gestão ou flutuações de mercado;
- Poderá ter vigência de até de seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis meses, mediante novo acordo. Para isso, sindicato e empresa deverão firmar acordo prévio;
- Os salários poderão ser reduzidos no máximo em 30%, o mesmo percentual da jornada;
- O valor a ser pago pelo empregador, após a redução salarial, não poderá ser inferior ao salário mínimo;
- O governo fará uma complementação de 50% do valor que foi reduzido, limitado ao teto da parcela do seguro desemprego;
- Durante a vigência do programa, o contrato dos trabalhadores não é interrompido, portanto, as contribuições ao FGTS e ao INSS continuam garantidas;
- A empresa não pode demitir sem justa causa o trabalhador durante a vigência e mais o equivalente a 1/3 desse período após seu encerramento;
- Na vigência do PPE, não haverá prestação de horas extras por trabalhadores inseridos no programa;



- Deverá reduzir, no mesmo percentual da redução dos salários, os pagamentos de honorários, gratificações, pró-labore, distribuição nos lucros, bonificações ou dividendos aos diretores, sócios, titulares, acionistas ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos;
- O Ministério do Trabalho deverá aprovar os pedidos de adesão ao programa;
- O vínculo de emprego não se perde durante uma crise passageira, e o trabalhador não perde sua qualificação específica do setor e da empresa;
- O acordo pode garantir manutenção de benefícios e vantagens previstos nas convenções coletivas, o que não existe no seguro desemprego.

Dilma veta 85/95 fixa e edita MP da 85/95 progressiva

Sob a alegação de que a médio e longo prazo o novo cálculo para aposentadorias iria “quebrar” de vez a Previdência Social no futuro, a presidenta Dilma vetou na quarta-feira, 17 de junho, a chamada “Fórmula 85/95”.

Alternativa ao fator previdenciário, esta fórmula tinha o apoio do movimento sindical porque garantia aposentadoria sem as perdas impostas pelo fator previdenciário a mulheres e homens que, respectivamente, atingissem 85 e 95 pontos na soma de idade com o tempo de contribuição.

Nova fórmula

Um dia depois do veto, no lugar da 85/95

fixa, a presidenta mandou editar a medida provisória (MP) 676, que assegura esta mesma fórmula, porém com uma regra de progressividade que leva em conta as mudanças de expectativa de vida da população brasileira. Desta forma, segundo o governo, estaria garantida a sustentabilidade da Previdência Social.

Chamada de “85/95 Progressiva”, a nova fórmula estabelece que a regra 85/95 seria adotada até o final de 2016. A partir de 1º de janeiro de 2017, a progressividade entraria em vigor. A cada ano, seria incluído mais um ponto na soma da idade do segurado com o tempo de contribuição até atingir a regra 90/100 pontos.

Luta continua

O desfecho ainda é imprevisível. No Congresso Nacional, deputados e senadores inclusive governistas defendem a derrubada do veto e modificações na proposta da fórmula pro-

gressiva. Já a CUT e outras centrais vão continuar pressionando pela derrubada do veto presidencial. A CUT considera a regra 85/95 uma conquista, mas questiona a progressividade e quer discutir a sustentabilidade da Previdência Social. “A CUT vai manter

a campanha em defesa do 85/95, garantindo a aposentadoria integral a quem é de direito e vai manter as negociações para que o Brasil tenha uma Previdência viável, sustentável e justa”, disse o presidente da entidade, Vagner Freitas.

Projeto lesa-pátria tucano quer entregar Pré-sal para multinacionais

Tramita no Senado Federal o projeto de Lei (PL) 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que retira da lei a obrigatoriedade de que a Petrobrás seja a operadora única do pré-sal.

Se for aprovado, o projeto abre caminho para as grandes multinacionais petrolíferas usarem a tecnologia brasileira recentemente premiada para prospectar uma riqueza brasileira em solo brasileiro, um negócio que nem pai propõe a um filho. A mudança na lei também colocaria em risco a decisão de investir os royalties na educação e saúde públicas do país. As riquezas iriam para o bolso dos grandes empresários do petróleo e não para ser investido no povo brasileiro.

A CUT, sindicatos petrolíferos e outros movimentos sociais se mobilizaram e conseguiram derrubar o caráter de urgência deste projeto lesa-pátria e a criação de uma Comissão Especial no Senado destinada a melhor debater a proposta.

Gaúchos rejeitam terceirização sem limites



Trabalhadores rejeitam projeto da terceirização

Cerca de mil trabalhadores e trabalhadoras representantes de várias categorias lotaram na quinta-feira, 25 de junho, o Teatro Dante Barone, da Assembleia Legislativa do RS, para participar da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, presidida pelo senador Paulo Paim (PT/RS). O objetivo: discutir o PL 4330, da terceirização sem limites, que agora tramita no Senado Fed-

ral com a designação de PLC 030/2015. A maioria absoluta dos participantes evidenciou a rejeição dos gaúchos a este projeto que, supostamente, pretende "regulamentar" as terceirizações no Brasil.

Lideranças sindicais, políticos, advogados, auditores, procuradores e membros da magistratura e do Ministério Público do trabalho, entre outros, apresentaram inúmeros argumentos que reforçaram a rejeição ao projeto da terceirização. No início da audiência, foi apresen-

tada uma carta na qual 43 dos 55 deputados estaduais gaúchos manifestaram posição contrária ao projeto da terceirização e afirmam que ele rasga direitos instituídos na CLT e fere convenções internacionais inclusive adotadas pelo Brasil. No final do encontro, uma carta contendo a posição majoritária da audiência pública – contrária à terceirização sem limites – foi lida, colocada em votação e aprovada por ampla maioria dos presentes. O documento será apresentado ao Senado Federal e deve servir como parâmetro para os argumentos de rejeição do PLC 030.

Para Luiz Antonio Colussi, da Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, caso o projeto da terceirização passe, será um retrocesso sem precedentes para a classe trabalhadora, pois fere a dignidade do/a tra-



Auditório ficou lotado para a rejeitar a proposta

balhador/a. Maximiliano Garcez, coordenador do Fórum Nacional Contra a Terceirização Precarizante, afirmou que o projeto não serve apenas para reduzir custos das empresas, mas para acabar com direitos trabalhistas e com os sindicatos. Valdete Souto Severo, juíza do Trabalho da 4ª Região, reforçou a tese segundo a qual a terceirização sem limites elevaria os casos de trabalho infantil e análogos à escravidão. Claudir Nespolo, presidente da CUT-RS, lembrou que os terceirizados têm os menores salários, ganham menos benefícios, trabalham mais e adoecem ou se acidentam mais. "Estender isso que os patrões chamam de 'modernidade' para toda a classe trabalhadora será retroceder a atual legislação trabalhista brasileira para o Século XIX. Se esse

projeto não for derrotado no Senado, vamos fazer uma greve geral no país pra derrubá-lo", anunciou.

Alguns representantes do meio empresarial participaram do evento, fizeram a defesa do projeto da terceirização, mas tiveram todos os argumentos derrubados e questionados. Para eles, o projeto traz segurança jurídica para empresas e trabalhadores, possibilita a competição com empresas internacionais, moderniza as relações de trabalho, gera mais postos de trabalho e garante carteira assinada para todos e a responsabilidade solidária entre a tomadora e a terceirizada. Os representantes patronais retiraram-se da audiência pública antes do final, quando foi lido e aprovado um documento do encontro pedindo a rejeição ao PLC 030/2015.

INFORME ECONÔMICO

TRABALHADOR ASSALARIADO / INSS	
Contribuição (R\$)	Alíquota
- Até R\$ 1.399,12	8%
- De R\$ 1.399,13 até R\$ 2.331,88	9%
- De R\$ 2.331,89 até R\$ 4.663,75	11%

PISO METALÚRGICO - MAIO/2014	
- Piso admissional:	R\$ 968,00 ou R\$ 4,40 p/h
- Piso após 90 dias	R\$ 1.034,00 ou R\$ 4,70 p/h
- Aprendiz Cotista do Senai:	R\$ 3,58 p/h

PISO REPARAÇÃO DE VEÍCULOS - MAIO/2015	
- Piso:	R\$ 1.177,00 ou R\$ 5,35 p/h
- Aprendiz e borracheiro:	R\$ 1.051,60 ou R\$ 4,78 p/h

PISO MÁQUINAS AGRÍCOLAS - MAIO/2014	
- Piso:	R\$ 1.036,20 ou R\$ 4,71 p/h
- Aprendiz do Senai:	R\$ 3,40 p/h

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL	
-	R\$ 788,00

PISO REGIONAL - RS	
- De R\$ 1.006,88 a R\$ 1.275,00	

SALÁRIO FAMÍLIA	
Até R\$ 725,02	R\$ 37,18 por filho
De R\$ 725,03 a R\$ 1.089,72	R\$ 26,20 por filho
Acima de R\$1.089,73	Não tem direito

IMPOSTO DE RENDA - Tabela para 2015		
Base de Cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir:
Até 1.903,98	-	-
R\$ 1.903,99 até 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
R\$ 2.826,66 até 3.751,05	15%	R\$ 354,80
R\$ 3.751,06 até 4.664,68	22,5%	R\$ 636,13
Acima de R\$ 4.664,68	27,5%	R\$ 869,36

TABELA EXCLUSIVA PARA PLR		
Valor da PLR anual	Alíquota	Parcela a deduzir:
Até R\$ 6.677,57	-	-
R\$ 6.677,58 até 9.922,27	7,5%	R\$ 500,82
R\$ 9.922,28 até 13.166,99	15%	R\$ 1.244,99
R\$ 13.167,00 até 16.380,37	22,5%	R\$ 2.232,51
Acima de R\$16.380,37	27,5%	R\$ 3.051,53

AUXÍLIO-CRÉCHE	
Reembolso de R\$ 205,96 por filho, por um período de 18 meses, a contar do retorno do auxílio-maternidade. O benefício é válido apenas nas empresas com, no mínimo, 15 empregadas, desde que estas empresas não possuam creche própria ou convênio com creches particulares, em condições mais favoráveis.	



Metalúrgicos de Porto Alegre presentes na marcha que antecedeu a audiência pública



As matrículas podem ser realizadas na secretaria da Escola Mesquita, Av. do Forte, nº 77, fones: 3340.3110 e 3022.7779, das 10h às 22h.

OBS: Associados do Sindicato dos Metalúrgicos e seus dependentes têm descontos nas mensalidades

CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELA ESCOLA TÉCNICA MESQUITA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015:

- AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL
- TÉCNICO EM ELETRÔNICA
- TÉCNICO EM MECÂNICA
- TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Garanta a sua vaga!

CURSO DE SOLDADOR MAG: AINDA EXISTEM VAGAS NO CURSO DE MAG. INFORME-SE PELO FONE 3022.3383



Na Escola Mesquita - Parceria Escola do IEEP - MATRÍCULAS ABERTAS

Curso noturno, com duração de 18 meses

Informações fones 3340-0073 / 3340-3110 / 9822-6246

Inscrições na Secretaria da Escola - Av. do Forte, 77, Porto Alegre (RS).

Visite o site: www.escoladoieep.com.br